

## Ética em Pesquisas no SUS

Colaboradora: Marcella Jeane Duarte



A última edição do programa Roda de Conversa aconteceu no dia 06 de julho, com exibição ao vivo, direto do estúdio do Canal Profissional da Rede São Paulo Saudável, na Escola Municipal de Saúde (EMS) e teve como tema Ética em Pesquisa no SUS (Sistema Único de Saúde).

Mediado por Luís Gracindo, membro do Comitê de Ética em Pesquisa – SMS, o primeiro bloco recebeu Jorge Venâncio, coordenador da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP e Marcia Pauferro, membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde – SMS.



No início da conversa, Jorge esclareceu que a Comissão é composta por diversos comitês de ética com o propósito de garantir os direitos dos participantes de pesquisas, como continuar recebendo tratamento mesmo após o término da pesquisa e a regulação do uso do placebo (substância sem propriedades farmacológicas).

Sobre o atual momento do CONEP, Jorge disse que não há mais atraso na análise dos projetos. Também alertou que há um movimento tentando descentralizar as análises, o que prejudicaria o parecer das pesquisas.

Marcia falou sobre a vulnerabilidade dos pacientes, que muitas vezes contam apenas com o SUS para buscar tratamento, o acaba coagindo o paciente a participar de pesquisas sem conhecer seus objetivos, o que demonstra a importância da integração entre os Comitês de Ética e o CONEP, para avaliar as condições das pesquisas.

Sobre o projeto de lei 200/2015, os convidados alertaram que as mudanças previstas trazem sérios riscos ao sistema atual ao permitirem a vinculação de comitês às empresas e indústrias, que são responsáveis por grande parte das pesquisas. Sem o sistema, seria possível que empresas ou indústrias fizessem a avaliação de suas próprias pesquisas.

Além disso, a continuidade do tratamento ficaria vinculada ao risco de morte e a falta de tratamento alternativo para o pacientes, reduzindo a menos de 10% o número de pacientes aptos a continuarem o tratamento. Segundo Jorge, projeto semelhante foi aprovado na Índia, resultando em “duas mil e sessenta mortes”.

Marcia ainda ressaltou que o atual sistema visa garantir, através de um olhar multidisciplinar, total esclarecimento do paciente em relação à pesquisa, além de questões como relevância social e currículo do pesquisador.

O segundo bloco recebeu José Araújo Lima Filho, presidente da Associação Espaço de Prevenção e Atenção Humanizada - EPAH e Simone Mongelli Fantini, coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da SMS.



Araújo reiterou os riscos do projeto de Lei 200/2015 que, para ele, é “um atentado às questões éticas”. “72% por cento dos pacientes não lêem o termo de consentimento” e, com o fim dos sistemas, os participantes se tornam mais vulneráveis.

Para Marcia, a possível aprovação do projeto é “questão temerária para a pesquisa clínica”, que perderia um importante instrumento de regulamentação e garantia de direitos aos participantes.

Ao final do bloco, Araújo alertou para a prática de algumas indústrias que incentivam os participantes de suas pesquisas a cobrarem do SUS a continuidade do tratamento após o término do estudo, que é responsabilidade de quem promove a pesquisa.

No terceiro e último bloco, o programa continuou com todos os participantes dos blocos anteriores, para responderem perguntas do público.



Jorge, em resposta a pergunta sobre ações contrárias ao projeto 200/2015, declarou que o CONEP produziu carta repudiando as ações propostas.

Sobre aconselhamento de possíveis participantes de pesquisas, Marcia falou que é importante que o profissional deixe claro ao paciente todos os propósitos da pesquisa.

Araújo ainda ressaltou que é preciso cuidado com o modo como os termos de consentimento são assinados, muitas vezes em situações em que o paciente não tem oportunidade de avaliar a pesquisa.

Para finalizar, Simone explicou que o uso de dados do paciente, presentes em prontuários, também deve passar pela avaliação de um Comitê, já que as informações continuam sendo do paciente.